

MEDIDA POLÊMICA

Não há trato autoritário em saída de ambulantes, diz Corrêa



O prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), garantiu que qualquer medida envolvendo os vendedores ambulantes do Centro será tomada com diálogo e sem imposição. A declaração foi dada em entrevista na Câmara Municipal, nesta terça-feira (25), em meio à repercussão sobre a retirada dos camelôs das calçadas da região central, tema que provocou protestos de trabalhadores e levou à convocação de uma audiência pública no Legislativo. Ele evitou detalhar como as mudanças ocorrerão.

Página 3

Torcedor que viu título de 65 se apegar a semelhanças pelo bi

O tempo passou, o futebol evoluiu e a cidade de Anápolis cresceu, mas algumas memórias permanecem intactas. Aos 67 anos, Carlos Roberto Neto, conhecido como Beto do Gás, ainda guarda na lembrança cada detalhe do título estadual conquistado pelo Anápolis em 1965. Na época, com apenas sete anos, ele acompanhou todos os jogos ao lado do pai.

Página 16

● Decreto de 23 regulamenta desburocratização proposta por Corrêa
Pg. 3

● ABA busca apoio para jogar maior competição de base do basquete
Pg. 16

Pista do Aeroporto de Cargas vai custar R\$ 250 mi

A construção da nova pista de cargas no Aeroporto de Anápolis deve demandar R\$ 250 milhões, conforme estimativa da própria Infraero, repassada à Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). O valor inclui tanto a recuperação do passivo ambiental causado pela

intervenção no Córrego Extrema, que atravessa a área da pista, quanto a obra de ampliação para comportar aeronaves de grande porte. Desde a federalização do terminal, em julho de 2024, a expectativa era de que a estatal assumisse toda a operação.

Página 13



Não há garantia sobre direitos trabalhistas, diz ex-OS da UPA

Página 4



Austeridade na Câmara dura pelo menos um ano, diz Andreia

A presidente da Câmara Municipal de Anápolis, vereadora Andreia Rezende (Avante), declarou que o pacote de austeridade implantado na Casa há um mês será mantido até, pelo menos, dezembro. Em entrevista ao DM Anápolis, ela voltou a defender que a medida foi necessária para evitar um desequilíbrio nas contas do Legislativo diante do aumento da folha de pagamento.

Página 4



dmanapolis

Entre em contato com a redação
(62) 3706-9010 redacao@dmanapolis.com.br
Envie seu artigo: dmanapolis.artigo@gmail.com

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR

SEU BOLSO

Caiado sanciona Lei que garante isenção de IPVA para mais de 370 mil motos em Goiás

Medida publicada no Diário Oficial desta terça-feira (25) beneficia mais de um terço das motocicletas no estado, diz governo



Motos, ciclomotores e outros veículos com até 150 cilindradas e mais de seis anos de uso estão isentas de IPVA em Goiás: medida passa a produzir efeitos em janeiro de 2026

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado já sancionou a Lei nº 23.287/2025, que garante a isenção do IPVA a mais de 370 mil proprietários de motocicletas, ciclomotores, triciclos e motonetas com até 150 cilindradas e mais de seis anos de uso no estado. O texto, aprovado pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) a partir de proposição do Executivo, foi publicado na edição desta terça-feira (25) do Diário Oficial do Estado (DOE).

O projeto tramitou de forma célere na Alego e teve aprovação unânime. “Houve todo um estudo para identificar o perfil das motocicletas e isentar os trabalhadores, que tanto contribuem com Goiás”, explicou Caiado, acrescentando: “Vamos assumir a conta porque sabemos da importância de apoiar esses milhares de profissionais que garantem seu sustento sobre duas rodas”.

Segundo o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO), as motos de baixa cilindrada com mais de seis anos de uso equivalem a 36% da frota de veículos sobre duas rodas que circulam em ter-

ritório goiano. A isenção do imposto causará um impacto orçamentário ao Estado na ordem de R\$ 63 milhões em 2026, R\$ 67 milhões em 2027 e R\$ 71 milhões em 2028.

A isenção do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) passará a ser aplicada em janeiro de 2026, conforme prevê a legislação, representando economia no bolso de milhares de trabalhadores. A maioria dos contemplados são pessoas em situação de vulnerabilidade ou baixa renda que utilizam motocicletas para locomoção e trabalho, como entregadores e moto-taxistas.

AERONAVES E EMBARCAÇÕES

O texto publicado no DOE desta terça-feira (25) também revoga a Lei nº 23.173/2024, eliminando a incidência de IPVA sobre aeronaves e embarcações, criada pelo governo federal. Segundo Caiado, a prioridade é estimular o crescimento econômico. “Nosso compromisso é apoiar quem trabalha e produz. É isso que temos feito e vamos continuar fazendo”, concluiu.

painelDM

NOVA CRISE

Prefeitura e Santa Casa têm relação tensionada e com recados claros dos dois lados

A crise inaugurada nesta semana entre Prefeitura de Anápolis e Santa Casa gerou uma tensão latente entre as partes. Nesta terça-feira (25), após visita à Câmara Municipal, o prefeito Márcio Corrêa (PL) deu recados. Sem citar o episódio, o gestor afirmou: “É momento de união, de todos, inclusive o município, as entidades não pensarem apenas no seu umbigo e pensar no cidadão.”

A fala do prefeito evidenciava uma visão com-



partilhada pela cúpula da administração, de que a Santa Casa deseja além daquilo do que é possível pagar. Na segunda-feira (24), diácono Júlio César

da Silva, que foi porta-voz do hospital, deixou claro que o atendimento nas UTIs só continuará se for pago o valor acima do previsto na tabela SUS.

Filme repetido

Em anos anteriores, também houve crises com a Santa Casa como personagem. Em 2023, a unidade chegou a suspender atendimentos a novos pacientes devido à falta de remédios e equipe médica, fato semelhante ao atual. Na ocasião, o então prefeito Roberto Naves enfrentou grande desgaste da opinião pública.

Saúde para os 100 dias

Corrêa quer abrir a UPA Central – inaugurada como UPA da Mulher – e o Hospital Municipal Georges Hajjar em abril, para marcar os 100 dias de gestão. Para aliados do prefeito, a melhor indicação que ele poderia dar à população neste momento seria justamente na área da saúde, que segue como ponto mais crítico em pesquisas.

Vigias

Profissionais que atuam na UPA Alair Mafra de Andrade, na Vila Esperança, revelaram que têm sido vigiados para não filmar ou fotografar o acúmulo de pacientes na sala amarela da unidade. No local, houve troca de OS – da INDSH para HMTJ – e a administração quer emplacar o discurso de melhora imediata.

Preocupado

Sob condição de anonimato, um ve-reador relatou à coluna que tem dormido à base de remédios. O motivo: promessas não cumpridas com apoiadores de campanha. Da base, ele esperava que o prefeito cedesse espaços na administração, o que não aconteceu. O parlamentar revelou que sofre muitas cobranças para cumprir compromissos.

Márcio Corrêa muda discurso e agora admite alugar maquinário para a prefeitura

O prefeito Márcio Corrêa, pouco mais de 70 dias depois de determinar a devolução de maquinário alugado pela prefeitura, agora admite a possibilidade e alugar máquinas para recuperar a infraestrutura das estradas vicinais.

Corrêa comemorou o fato de a manutenção das vicinais estar em execução com “custo zero”, numa parceria com a Goinfra, mas emendou. “Aquilo que for preciso, trazer equipamento, alugar máquina, nós vamos realizar, pois entendemos a necessidade desse setor produtivo, e a gente precisa manter as vicinais”.



DM Anápolis
O seu jornal diário

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito
Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Rafael Tomazeti

REPORTAGEM
Emily Viana
Lara Duarte
Janayna Carvalho
Carlos Antônio
Lucivan Machado

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecilio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis – GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010

www.dmanapolis.com.br

CENTRO

Corrêa diz que retirada de ambulantes não é autoritária

Declaração ocorre em meio à mobilização dos trabalhadores, críticas de vereadores e cobrança de entidades classistas

RAFAEL TOMAZETI E LUCIVAN MACHADO

O prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), garantiu que qualquer medida envolvendo os vendedores ambulantes do Centro será tomada com diálogo e sem imposição. A declaração foi dada em entrevista na Câmara Municipal, nesta terça-feira (25), em meio à repercussão sobre a retirada dos camelôs das calçadas da região central, tema que provocou protestos de trabalhadores e levou à convocação de uma audiência pública no Legislativo.

O prefeito evitou detalhar como as mudanças ocorrerão, mas declarou que todas as medidas serão tomadas com diálogo e consenso. “Grande bandeira da minha campanha é defender quem trabalha e quem produz. [...] Aqui ninguém vai tomar medida autoritária, nem com ambulantes, nem com ninguém. Esse não é o nosso papel”, afirmou.

Desde a semana passada, quando representantes da prefeitura informaram aos ambulantes que eles deverão ser remanejados



O prefeito também reforçou que todos os ambulantes devem ser cadastrados, o que permitirá a organização e eventual realocação dos pontos de venda

das ruas em até 60 dias, o tema mobilizou parlamentares da oposição, entidades e os próprios trabalhadores. Segundo o prefeito, a ação tem base em notificações do Ministério Público e em exigências legais, como a garantia de acessibilidade e do direito de ir e vir dos pedestres.

“A gente precisa dar o direito ao cidadão de ir e vir, a gente precisa organizar

a situação do pedestre da nossa cidade com a acessibilidade. E, às vezes, essas medidas vão gerar feridas em alguns, que seja no comerciante, que seja em alguns ambulantes, mas todas as medidas serão tomadas para o bem coletivo”, disse Corrêa.

O prefeito também reforçou que todos os ambulantes devem ser cadastrados, o que permitirá a organiza-

ção e eventual realocação dos pontos de venda. “A gente precisa ter um cadastro para a pessoa produzir na nossa cidade”, ressaltou. “Mas eu não tenho dúvida que todas as medidas serão para o bem de toda a população, inclusive dos próprios ambulantes”, completou.

A retirada dos camelôs faz parte do projeto de revitalização do centro comer-

cial da cidade, que está em fase de elaboração. Corrêa informou que a proposta está sendo construída com participação de entidades classistas, universidades e órgãos de planejamento. “O centro já foi a grande locomotiva do desenvolvimento, da geração de emprego, da geração de renda em Anápolis, que infelizmente tem ficado no ostracismo”, avaliou.

O prefeito defendeu que a revitalização do centro vai além da infraestrutura. “Envolve o setor de cultura de Anápolis, que tem um papel fundamental nessa revitalização. [...] Nosso desejo é que Anápolis dê orgulho para os anapolinos, uma cidade bonita com qualidade de vida, com entretenimento, com atividades para as famílias”, disse.

O projeto ainda não tem cronograma definido, mas, segundo Corrêa, deverá apresentar novidades nos próximos dias. “Estamos aguardando finalizar alguns trâmites para que a gente possa trazer alegria e orgulho para o anapolino de morar nessa cidade e que a gente possa gerar oportunidade para todos”, concluiu.

Corrêa entrega à Câmara propostas já regulamentadas por decreto de 2023

Textos preveem alvará simplificado para abertura facilitada de empresas e liberação automática de obras de até 210 metros quadrados. Prefeito diz que quer desburocratizar e estimular criação de empregos

RAFAEL TOMAZETI

O prefeito Márcio Corrêa (PL) levou à Câmara Municipal nesta terça-feira (25) um Projeto de Lei para facilitar a obtenção de alvarás de funcionamento para empresas em Anápolis. A medida, porém, já está regulamentada por um decreto publicado no ano de 2023.

Há quase dois anos, o decreto nº 49.435 estabeleceu uma regulamentação muito próxima àquela que Corrêa pleiteia junto aos vereadores. Por ele, fica permitido o alvará de funcionamento condicionado, que o prefeito propõe no PL entregue nas mãos da presidente da Câmara, Andreia Rezende (Avante).

O prefeito apresentou ainda um outro projeto de lei, que cria um alvará de construção condicionado a partir de uma autodeclaração para empreendimentos de até 210 metros quadrados. A mesma disposição já se dá no decreto publicado em 2023 pela Prefeitura.

Durante o evento, realizado no gabinete da Presidência da Câmara, o alvará simplificado vai permitir a abertura de empresas de maneira imediata na cidade, condicionado à apresentação de documentos no prazo de até seis meses. Ele afirma que 900 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) serão beneficiadas.



Corrêa disse contar com o apoio dos vereadores na tramitação célere das matérias, pois “tempo para quem empreende é dinheiro”

A outra proposta, nos moldes do que está presente no decreto de dois anos atrás, concede o alvará de construção imediato para as obras desde que haja a assinatura de uma autodeclaração de um técnico e apresentação de projetos do empreendimento em até 90 dias.

“A burocracia deixa de gerar emprego, desanima o empreendedor, gera corrupção e uma das minhas bandeiras é tornar Anápolis amiga de quem trabalha”, afirmou o prefeito. Apesar da vigência do decreto, segundo o prefeito, atualmente o poder público faz a fiscalização para

depois permitir a abertura de uma empresa. A partir da aprovação da lei, será dado um voto de confiança para quem trabalha, de abrir seu negócio e apresentar, no prazo, todos os documentos e licenças exigidas pelos códigos municipais.

Corrêa disse contar com o apoio dos vereadores na tramitação célere das matérias, pois “tempo para quem empreende é dinheiro”. “A cidade, durante muito tempo, foi hostil ao setor produtivo”, completou. Segundo o mandatário, ao permitir o início de uma obra e condicionar a documentação a um responsável técnico, a prefeitura “acelera o desenvolvimento da cidade”.

DIREITOS TRABALHISTAS

OS diz que Prefeitura não deu garantia sobre pagamento

INDSH enviou comunicado a profissionais demitidos, que estão preocupados com acerto trabalhista

RAFAEL TOMAZETI E LUCIVAN MACHADO

A Organização Social Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH) afirmou, em comunicado enviado a profissionais demitidos da UPA Alair Mafrá de Andrade, que era administrada pela OS até a última semana, que a Prefeitura não deu garantia sobre o pagamento do acerto trabalhista aos funcionários que foram demitidos.

O texto é assinado pela diretoria do INDSH e lembra que o prefeito Márcio Corrêa (PL) afirmou que prefeitura assumirá toda responsabilidade trabalhista. Porém, diz a OS, “não há, da parte do gestor público, nenhuma garantia oficial desse compromisso, tampouco documento assinado sobre isso.”

O pagamento dos direitos trabalhistas é uma preocupação dos vários funcionários que foram demitidos pela nova OS gestora, a Hos-

pital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ). Um grupo, inclusive, foi até à Câmara na segunda-feira (24) para pedir apoio dos vereadores para resolução deste problema. Eles alegam que, apesar da promessa de recontração para, pelo menos, um período de transição de 30 dias, cerca de 80% do quadro de colaboradores foi cortado. A reportagem procurou a assessoria da HMTJ, mas não obteve retorno.

No comunicado enviado aos ex-colaboradores, a INDSH diz ainda que foi ao Ministério Público e na própria Prefeitura para “pedir esclarecimentos sobre os motivos para a rescisão unilateral e providências em relação a pagamentos de verbas trabalhistas e faturas de fornecedores e prestadores de serviços.”

Disse ainda que “até o momento, os gestores do município não se manifestaram, o que exigirá do INDSH



O pagamento dos direitos trabalhistas é uma preocupação dos vários funcionários que foram demitidos pela nova OS gestora

novas medidas de interpeção.” De acordo com o comunicado, “as questões que envolvem o pagamento de verbas trabalhistas são prioridade para o INDSH, que não medirá esforços para alcançar a mais rápida e correta solução perante o município.”

MUDANÇA APRESSADA

No comunicado, a OS que deixou a gestão da UPA Alair Mafrá afirmou ainda que, diante da ação da Prefeitura, inclusive com aparato policial, “não houve tempo nem mesmo para retirada de documentos e

equipamentos que pertencem ao INDSH”. A autorização já foi dada, afirma, apenas na segunda-feira (24).

A entidade voltou a criticar a ação e destacou que “sequer havia justificativa para a rescisão unilateral, muito menos a necessidade de despejo imediato.”

Câmara manterá corte de gastos pelo menos até dezembro, diz presidente

Pacote de austeridade foi adotado há um mês e deve seguir por tempo ilimitado para equilibrar as contas do Legislativo

LARA DUARTE

A presidente da Câmara Municipal de Anápolis, vereadora Andreia Rezende (Avante), declarou que o pacote de austeridade implantado na Casa há um mês será mantido até, pelo menos, dezembro. Em entrevista ao DM Anápolis, ela voltou a defender que a medida foi necessária para evitar um desequilíbrio nas contas do Legislativo diante do aumento da folha de pagamento, aprovado ainda na legislatura anterior. “Por enquanto, é data ilimitada, até dezembro. Nós temos que avaliar mês a mês. A situação é bem delicada”, disse.

A parlamentar argumentou que três leis aprovadas anteriormente elevaram em mais de 23% os custos com pessoal, enquanto a previsão de aumento no duodécimo – valor repassado pela prefeitura com base na



A presidente argumentou que três leis aprovadas anteriormente elevaram em mais de 23% os custos com pessoal, enquanto a previsão de aumento no duodécimo é de apenas 8%

receita do município – é de apenas 8%. Entre as ações adotadas estão a redução de R\$ 10 mil na verba de gabinete dos vereadores, suspensão integral das diárias e enxugamento de contratos

administrativos.

“É uma conta muito simples: se apenas a sua folha de pagamento aumentar mais de 23%, você tem, você precisa fazer um encontro de contas, e nisso a gente tem a Lei

de Responsabilidade Fiscal de pagamento. Nós tivemos a oportunidade de reunir com todos os 22 vereadores e ter o apoio deles”, afirmou.

Andreia explicou, ainda, que a folha de pagamento

de março será a primeira a refletir integralmente os efeitos do pacote de redução. Só então será possível aferir a economia obtida com as medidas. “A Câmara não gera receita. A gente não tem IPTU, não tem receita própria. Toda nossa receita depende da arrecadação do município no ano passado. Então, a conta é simples: se a despesa cresce mais que a receita, temos que ajustar”, argumentou.

A Câmara também suspendeu licitações de serviços considerados não prioritários, como a contratação de buffet para eventos. A expectativa, segundo Andreia, é que a Casa mantenha as atividades legislativas essenciais, mas com foco em economia e responsabilidade fiscal. “A gente está focado em dar condição para o vereador exercer seu mandato, mas sem excessos”, concluiu.

continuação

estimados de conclusão e despesas de vendas.
A Companhia tem como principal foco a compra de commodities para produção de sementes certificadas. Adicionalmente, parte das *commodities* adquiridas que não se enquadram dentro das taxas de germinação e vigor esperados para sementes, são destinadas a comercialização com a finalidade de venda e obtenção de lucro com base nas variações dos preços e das margens.
Os estoques de produtos comercializáveis de grãos: Milho, soja, feijão são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado (*Mark to Market*) menos os custos para a venda. Os preços de referência de soja são públicos e são obtidos junto a Safra's & Mercados.

i. Imobilizado

(1) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:
• O custo de materiais e mão de obra direta
• Quaisquer outros custos para financiar e colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

j. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

k. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.
As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Veículos	05 anos
Instalações	17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Ativos intangíveis

(1) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

m. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

n. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A vida útil estimada do ativo intangível é a seguinte:

	Vida útil
Marcas, patentes e licenças	5 anos

o. Instrumentos financeiros

(1) Reconhecimento e mensuração inicial

A conta de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo do meio de Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

p. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado estão classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo
- Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) é tratada como consistente com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

q. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

r. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

s. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação no preço de *commodities*. Os derivativos são mensurados inicialmente ao valor justo, e após o reconhecimento inicial os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

t. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos com vencimento não superior a três meses, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa a atender aos compromissos de curto prazo (não investimento).

u. Capital social

As quotas representativas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da UGC exceder

o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Perdas por redução ao valor recuperável

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável no contas a receber, os seguintes procedimentos:
(i) Análise da experiência histórica de perdas com clientes e segmento no qual o cliente atua.
(ii) Cálculo do percentual histórico de perda da carteira.
(iii) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do aging list.
Em complemento a atenuação do risco de perda, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável nos adiantamentos a fornecedores, os seguintes procedimentos:
(iv) Análise da experiência histórica de perdas com adiantamento a fornecedores.
(v) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do aging list.

Ativos financeiros

Instrumento financeiro e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- Através de informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Companhia conclua que é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia sem recorrer a ações.
- Informações sobre pagamentos vencidos quando não for possível se basear em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Quando baixados os valores são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras.
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Administração da Companhia não identificou qualquer aumento significativo em relação ao risco de crédito desde seu reconhecimento inicial, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

w. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

x. Bases de consolidação

(1) Combinações de negócio

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto(a), ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que ela perde o controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

y. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e na remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e pelas condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebíveis.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e, o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A medida que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda, conforme exigido pela atualização da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Financiamentos e Empréstimos" no balanço patrimonial.

7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPIMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
- A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPIMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

As alterações não resultaram em impactos significativos para a Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	880	594	2.183	1.935
Depósitos bancários em moeda estrangeira	19.068	—	19.068	—
Aplicações financeiras (*)	206.674	461.928	217.276	463.654
	226.622	462.522	238.527	465.589

(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações com remuneração média anual atrelada a 101,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2024 (101,8% a.a CDI em 31 de dezembro de 2023).

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	104.715	122.380	346.712	271.539
	104.715	122.380	346.712	271.539
Circulante	96.510	115.366	338.507	264.525
Não Circulante	8.205	7.014	8.205	7.014

(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações com remuneração média anual atrelada, a 101,5% CDI (Certificado de Depósito Interbancário), as quais são mantidas como investimento em virtude da estratégia de fluxo de caixa da Companhia. Dentro dessa média de remuneração, consta o LTN pré-fixado de 11,34% (11,34% em 31 de dezembro de 2023). O saldo no não circulante refere-se aos Fundos de Investimento atrelado a operação de garantia vinculadas aos contratos de empréstimos com vencimento previsto para 2033.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e mensuração do valor justo relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários estão incluídas na Nota Explicativa nº 24.

9 Contas a receber

9 Contas a receber				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de venda de produtos	534.992	486.530	546.247	486.530
Contas a receber de prestação de serviços	—	—	5.757	17.082
Contas a receber de operações de barter (i)	43.873	—	43.873	—
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 30)	25.536	5.354	9.251	5.354
	604.401	491.884	605.128	508.966
Provisão para perdas esperadas	(4.199)	(2.067)	(4.199)	(2.067)
Ajuste a valor presente	(22.333)	(17.582)	(23.073)	(17.782)
Total	571.869	472.235	577.856	489.117

continuação

Os adiantamentos com preço fixo estão garantidos por penhor mercantil representado por cédula de produtor rural. O saldo de adiantamentos concedidos será substancialmente realizado no próximo ano-safra através da entrega de produtos agrícolas e sementes de soja, pelos fornecedores parceiros.

A estimativa de perda por risco de crédito é avaliada baseada na análise de *rating*, realizada pelo Departamento de Crédito da Companhia e no histórico de perda, tendo como principal premissa o não recebimento dos produtos acima de 360 dias após vencido.

Abaixo o *aging list* dos saldos a receber da Companhia em suas respectivas datas base:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	24.552	21.503	24.552	21.503
A vencer de 0 a 30 dias	4.343	718	4.343	718
A vencer de 30 a 60 dias	10.075	2.226	10.075	2.226
A vencer de 60 a 180 dias	64.525	29.894	62.277	29.894
A vencer de 180 a 360 dias	—	20	—	20
A vencer acima de 360 dias	5.535	1.350	5.535	1.358
	109.030	55.711	106.782	55.719

Vencido	6.513	10.056	6.513	10.056
Vencido de 0 a 30 dias	304	2.636	304	2.636
Vencido de 30 a 60 dias	494	5.503	494	5.503
Vencido de 60 a 120 dias	410	11.494	410	11.494
Vencido de 120 a 180 dias	45	1.276	45	1.276
Vencido de 180 a 360 dias	212	1.273	212	1.273
Vencido acima de 360 dias	7.978	32.688	7.978	32.688
	117.008	88.399	114.760	88.407

12 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (i)	144.268	72.935	144.268	72.935
PIS - Programa de Integração Social (i)	27.457	20.007	27.457	20.007
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	2.470	1.615	3.137	1.801
Outros impostos	1.223	943	1.309	1.007
	175.418	95.500	176.251	95.750
Circulante	173.719	96.450	174.552	96.700
Não circulante	1.699	39.050	1.699	39.050

14 Imobilizado

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e 2023- Controladora

	Terrenos		Edificações		Máquinas e equipamentos		Móveis e Equipamentos utensílios de informática		Veículos		Instalações		Obras em andamento		Adiantamento para aquisição de imobilizado		Total
Custo																	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.109		190.775		55.756		893		927		1.848		69.919		40.739	365.440
Aquisições	6.732	—	—	—	17.226	777	—	643	2.932	428	186.630	—	—	—	—	—	215.368
Baixas	—	(26.902)	—	—	(2.224)	—	—	—	(617)	—	(165)	—	—	—	—	—	(29.908)
Transferência	—	11.074	—	117.764	41.984	—	—	—	—	—	(138.580)	—	—	—	(32.242)	—	—
Saldo em 31 de dezembro 2023		18.915		281.637		112.742		1.670		1.570		4.163		3.737		8.497	550.900
Aquisições	12.136	—	506	—	20.747	512	—	968	4.680	717	131.483	—	—	—	—	3.835	175.584
Baixas	—	—	—	—	(72)	—	—	—	(155)	—	—	—	—	—	—	—	(227)
Transferências	—	—	—	160.582	44.864	6.088	1.842	20	1.531	(206.429)	—	—	—	—	(8.498)	—	—
Saldo em 31 de dezembro 2024		31.051		442.725		178.281		8.270		4.380		8.708		5.985		3.834	726.257
Depreciação																	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		—		(1.903)		(4.843)		(275)		(558)		(513)		(77)		—	(8.169)
Depreciação	—	—	—	(569)	—	(2.194)	(201)	(260)	—	(594)	—	(3870)	—	—	—	—	—
Baixas	—	—	—	508	—	157	—	—	—	150	—	12	—	—	—	—	827
Saldo em 31 de dezembro de 2023		—		(1.964)		(6.880)		(476)		(818)		(957)		(117)		—	(11.212)
Adições	—	—	—	(7.710)	—	(8.650)	(458)	(830)	(1.079)	—	(289)	—	—	—	—	—	(19.016)
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	—	8	—	—	—	—	—	—	—	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024		—		(9.674)		(15.530)		(934)		(1.648)		(2.028)		(406)		—	(30.220)
Valor contábil líquido																	
Em 31 de dezembro de 2023	18.915	279.673	—	—	105.862	1.194	752	3.206	3.620	117.969	—	—	8.497	539.688	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	31.051	433.051	—	—	162.751	7.336	2.732	6.680	5.979	43.023	—	—	3.834	696.037	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2024 houve a capitalização dos custos de empréstimos que foram destinados às obras em andamento no valor de R\$ R\$18.561 e R\$14.675 em 31 de dezembro de 2023, calculados utilizando uma taxa média de capitalização de 8,65% a.a (4,03% a.a em 31 de dezembro de 2023).																	

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e 2023- Consolidado

	Terrenos		Edificações		Máquinas e equipamentos		Móveis e Equipamentos utensílios de informática		Veículos		Instalações		Obras em andamento		Adiantamento para aquisição de imobilizado		Total
Custo																	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		25.567		210.275		92.239		956		964		1.996		70.256		40.739	446.468
Aquisições	17.806	66.394	—	—	18.552	954	694	2.932	487	142.425	—	—	—	—	—	—	250.244
Baixas	—	(26.901)	—	—	(2.228)	—	(7)	(616)	(165)	(535)	—	—	—	—	—	—	(30.452)
Transferência	—	84.281	—	141.984	—	—	—	—	—	(93.753)	—	—	—	—	(32.512)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		43.373		334.049		150.547		1.910		1.651		4.312		3.798		118.393	666.260
Aquisições	12.136	593	—	—	20.770	514	968	4.680	717	133.085	—	—	—	—	—	3.835	177.298
Baixas	—	—	—	—	(110)	—	—	(155)	—	—	—	—	—	—	—	—	(265)
Transferência	—	—	—	161.577	44.864	6.088	1.842	20	1.531	(207.424)	—	—	—	—	(8.498)	—	—
Aquisições - Combinação de negócios	—	—	—	—	685	272	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	957
Saldo em 31 de dezembro de 2024		55.509		496.219		216.756		8.784		4.461		8.857		6.046		3.564	844.250
Depreciação																	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		—		(2.508)		(5.400)		(277)		(561)		(525)		(77)		—	(9.348)
Depreciação	—	—	—	(3.054)	—	(4.915)	(212)	(273)	(634)	(56)	—	(9.144)	—	—	—	—	—
Baixas	—	—	—	508	—	173	3	—	150	12	—	—	—	—	—	—	847
Saldo em 31 de dezembro de 2023		—		(5.054)		(10.142)		(486)		(833)		(1.009)		(121)		—	(17.645)
Depreciação	—	—	—	(9.327)	—	(12.294)	(489)	(846)	(1.128)	(295)	—	—	—	—	—	—	(24.379)
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	—	8	—	—	—	—	—	—	—	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024		—		(14.381)		(22.436)		(975)		(1.679)		(2.129)		(416)		—	(42.016)
Valor contábil líquido																	
Em 31 de dezembro de 2023	43.373	328.995	—	—	140.405	1.424	818	3.303	3.677	118.393	—	—	8.227	648.615	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	55.509	481.838	—	—	194.320	7.809	2.782	6.728	5.630	44.054	—	—	3.564	802.234	—	—	—

As obras em andamento são referentes à expansão da capacidade de armazenagem de *big bags* de sementes de soja, com expansão da unidade de Jaborandi - BA, e uma UBS e um centro de Distribuição na cidade de Primavera do Leste - MT. Os bens dados em garantia estão relacionados Nota Explicativa nº 18.

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Para as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade.

15 Investimentos

a. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suno Agro FII - SNAG (a)	22.856	64.869	22.856	64.869
Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A.	31.315	38.436	31.315	38.436
DaSoja Sementes S.A.	481	—	481	—
Outros investimentos em coligadas (i)	1.781	1.776	1.781	1.776
	56.433	105.081	56.433	105.081

(a) A Companhia realiza a consolidação do Fundo SNAG 11 - Suno Agro FII pelo fato da maioria das negociações e os ativos do Fundo estarem diretamente relacionados com a Companhia, não tendo outro investidor com relação e transações de forma significativa.

b. Movimentação

	Fundo SNAG 11	Bestway Seeds do Brasil	DaSoja Sementes	Outros investimentos em coligadas (i)	Total
Participação	3,67%	66,67%	45%	em coligadas (i)	2,90%
Saldo em 31 de dezembro de 2022	184.069	33.193	—	2.290	219.552
(+) Aportes	56.650	—	—	—	56.650
(-) Amortização da mais valia	—	1.231	—	(435)	(1.848)
(-) Venda de quotas das investidas	(172.569)	—	—	—	(172.569)
(+) Equivalência patrimonial	5.966	6.438	—	(79)	12.325
(-) Dividendos recebidos	(9.247)	—	—	—	(9.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.869	38.436	—	1.776	105.081
(+) Aportes	—	—	450	—	450
(-) Amortização da mais valia	—	(1.055)	—	—	(1.055)
(-) Venda de quotas das investidas	(40.940)	—	—	—	(40.940)
(+) Equivalência patrimonial	2.787	(6.066)	2.317	5	(957)
(-) Dividendos recebidos	(3.860)	—	(2.286)	—	(6.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.856	31.315	481	1.781	56.433

c. Resumo das informações financeiras

O quadro a seguir resume as demonstrações financeiras das investidas:

	Suno Agro FII - Bestway Seeds do Brasil		Outros investimentos em coligadas (i)	
	2024	2023	2024	2023
Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2024				
Ativos circulantes	579.208	9.955	35.282	1
Ativos não circulantes	53.720	36.752	923	7.317
Passivos circulantes	6.824	9.946	39.212	110
Passivos não circulantes	—	6.032	—	105
Patrimônio Líquido	546.727	39.468	(8.156)	7.420
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	75.931	(9.096)	5.149	(317)
Receita	78.736	22.188	153.594	(317)
Custos e despesas	(2.805)	(31.284)	(148.445)	(317)

	Suno Agro FII - Bestway Seeds do Brasil		Outros investimentos em coligadas (i)	
	2024	2023	2024	2023
Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2023				
Ativos circulantes	486.235	20.429	7.317	1
Ativos não circulantes	53.077	43.785	923	7.317
Passivos circulantes	36.453	18.516	110	105
Passivos não circulantes	—	6.467	—	105
Patrimônio líquido	456.613	29.544	(8.156)	7.420
Lucro líquido	46.246	9.684	(317)	(317)
Receita	52.074	56.904	(317)	(317)
Custos e despesas	(5.828)	(47.220)	(317)	(317)

(i) Refere-se a participação de 25% na PR - JNW Administração De Bens Próprios e LTDA e 11,11% de participação no patrimônio líquido do Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias LTDA.

16 Intangível

a. Composição

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2024	2023	2024	2023
Agio por rentabilidade futura - Bestway Seeds do Brasil	-	-	1.704	1.704
Marcas, patentes e licenças	672	536	730	594
Total	672	536	2.434	2.298
(-) Amortização	(169)	(272)	(223)	(325)
Total	503	264	2.211	1.973

continua

Continuação

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Valor justo de resíduos	6.486	2.502	-	-	3.983	2.502
Provisão contas a pagar	-	10.019	-	-	(10.019)	10.019
Derivativos/hedge	-	-	11.175	3.660	(7.515)	6.468
Pagamento baseado em ações (Stock Options)	-	493	-	-	(493)	493
	115.473	102.764	25.181	11.544	(148)	98.687
Compensação (*)	(25.181)	(11.544)	(25.181)	(11.544)	-	-
Total	90.292	91.220	-	-	(148)	98.687

b. Consolidado

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ajuste perda de estoque	3.663	-	-	-	3.663	-
Perda Estimada para Crédito de Liquidação						
Duvidosa	89	1.289	-	-	(1.200)	1.289
Valor Justo estoque grãos	536	4.315	-	453	(3.326)	8.094
Instrumento financeiro	-	-	-	-	-	-
Mais valia da aquisição da Bestway	4.969	5.750	-	-	-	-
Prejuízo fiscal	92.320	72.134	-	-	20.186	70.524
Ajuste a Valor Presente - Contas a receber/ Fomecedores	9.020	6.260	714	555	2.601	1.534
Avaliação patrimonial	-	-	13.292	6.876	(6.416)	(3.848)
Devolução de vendas	-	1.612	-	-	(1.612)	1.612
Provisão contas a pagar	-	10.019	-	-	(10.019)	10.019
Valor justo de resíduos	6.486	2.502	-	-	3.983	2.502
Derivativos/hedge	-	493	11.175	3.660	(7.515)	6.468
Pagamento baseado em ações (Stock Options)	-	-	-	-	(493)	493
	117.083	104.374	25.181	11.544	(148)	98.687
Compensação (*)	(25.181)	(11.544)	(25.181)	(11.544)	-	-
Total	91.902	92.830	-	-	(148)	98.687

(*) Trata-se de compensação do passivo diferido, utilizando os saldos do ativo diferido que é composto, em sua maioria, pelo prejuízo fiscal.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reconciliação da taxa efetiva	108.425	208.363	175.473	253.979
Resultado do exercício antes dos impostos	(39.999)	(110.900)	(39.999)	(110.900)
(-) Juros sobre capital próprio (i)	68.426	97.463	135.474	143.079
Resultado após juros sobre capital próprio	28.427	(12.437)	95.475	132.179
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesas com imposto a alíquota nominal	(23.265)	(33.137)	(46.061)	(48.647)
Exclusões Permanentes	7.142	102.096	6.816	117.769
Subvenções governamentais (ii)	3.087	117.769	3.087	117.769
Gastos com emissão de ações	3.504	-	3.504	-
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	226	(4.996)	226	-
Equivalência patrimonial	325	(10.677)	(1)	(1)
Adições permanentes	1.158	24.179	24.280	21.851
Total	(14.965)	93.138	(14.965)	90.973
IRPJ e CSLL diferidos	(148)	98.687	(148)	98.687
IRPJ e CSLL correntes	(14.817)	(5.549)	(14.817)	(7.714)
Alíquota efetiva	(14%)	45%	(9%)	(36%)

(i) Conforme nota explicativa nº 21, durante o exercício a Companhia destacou juros sobre capital próprio de acordo Lei 9.249/95 (trata do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido), nos montantes apurados sobre a base de 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 39.999, respeitando os mesmos dispositivos legais da Lei 9.249/95, limitando os juros sobre capital próprio em 50% do lucro acumulado. Os montantes de juros sobre capital próprio resultaram em uma redução dos impostos correntes de R\$ 4.472 até 31 de dezembro de 2024 e R\$ 21.176 em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui apenas a subvenção do Produzir.

(a) Produzir é um programa do Governo do Estado de Goiás a partir da geração de ICMS pela Companhia, podendo ser utilizado até 2032. Trata-se de financiamento de 73% do ICMS apurado pelas empresas apurase o ICMS do mês, recolhe-se 27% via DARE direto ao Tesouro Estadual. Antecipa o valor de 10% do valor financiado (73%), no ato de liberação de cada parcela mensal do benefício recolhe-se 0,2% de juro ao mês sobre o saldo devedor até sua quitação. Ao final do exercício de 2024, a Companhia reconheceu o total de R\$ 9.079 (R\$ 16.560 em 31 de dezembro de 2023).

26 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sementes de soja	1.384.099	1.672.679	1.432.109	1.672.679
Soja em grãos	369.762	417.233	369.762	417.233
Beneficiamento de sementes de milho (Prestação de serviços)	-	-	22.874	59.161
Sementes de feijão	23.640	14.408	23.640	14.408
Feijão em grãos	3.535	2.864	3.535	2.864
Milho em grãos	1.349	3.522	1.349	3.522
Sementes de milho	998	1.129	998	1.129
Sementes de trigo	9.634	2.819	9.634	2.819
Defensivos	80.840	9.853	80.840	9.853
Semente de forrageiras	15.811	-	15.811	-
Semente de sorgo	1.128	-	1.128	-
Receitas diversas	12.572	8.185	39.885	11.119
Receita bruta	1.903.368	2.132.692	2.001.565	2.194.787
Menos:				
Devoluções	(126.947)	(87.083)	(140.815)	(87.086)
Impostos sobre vendas	(27.751)	(43.003)	(28.777)	(45.512)
Produzir - Subvenção ICMS	9.079	16.560	9.079	16.560
Total de receita líquida	1.757.749	2.019.166	1.841.052	2.078.749

Receita líquida por cultivar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Natureza dos produtos				
Receitas operacionais:				
Milho	2.165	4.401	2.165	4.401
Beneficiamento de sementes de milho	-	-	21.596	56.649
Feijão	24.270	16.352	24.270	16.352
Soja	1.620.101	1.978.668	1.654.495	1.978.668
Outros	111.213	19.745	138.526	22.679
Total de receita líquida	1.757.749	2.019.166	1.841.052	2.078.749

a. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações recebidas	990	76	990	76
Receita com negociações de títulos	-	-	9.600	-
Ganho na valorização de cotas	219	4.814	269	-
Outras receitas operacionais	73	106	132	4.212
	1.282	4.996	10.991	4.288

27 Custos e despesas operacionais por natureza

Abertura dos gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos com insumos	(1.441.878)	(1.612.686)	(1.472.872)	(1.620.169)
Valor justo contratos de commodities	-	(15.367)	-	(15.367)
Ajuste de estoque a valor de mercado	(1.934)	(10.210)	(1.934)	(10.210)
Despesa com pessoal	(84.315)	(60.055)	(94.885)	(78.444)
Depreciação e amortização	(26.321)	(4.739)	(35.601)	(12.295)
Despesas de vendas	(34.746)	(26.594)	(47.392)	(27.393)
Despesas com manutenção	(6.836)	(4.145)	(7.848)	(6.320)
Despesas com serviços de terceiros	(3.306)	(4.538)	(7.280)	(8.372)
Despesas com impostos e taxas	(18.428)	(19.302)	(18.431)	(19.302)
Despesas corporativas (*)	(9.724)	(24.755)	(16.712)	(29.473)
Outras	(3.969)	(987)	(3.969)	(2.181)
	(1.631.457)	(1.783.378)	(1.706.924)	(1.829.526)

(*) Refere-se a bonificações, material de escritório, informática, uso e consumo e outras despesas vinculadas à parte administrativa.

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Natureza dos produtos				
Custos dos produtos vendidos e serviços	(1.552.879)	(1.698.805)	(1.615.496)	(1.745.265)
Valor justo a contrato de commodities	-	(15.367)	-	(15.367)
Ajuste de estoque a valor de mercado	(1.934)	(10.210)	(1.934)	(10.210)
Total custos dos produtos vendidos	(1.554.813)	(1.724.382)	(1.617.430)	(1.770.842)
Despesas comerciais	(34.746)	(26.594)	(44.003)	(26.765)
Provisão para perdas esperadas	(665)	(3.641)	(665)	(3.641)
Despesas administrativas e gerais	(41.233)	(28.761)	(44.826)	(28.278)
Total	(1.631.457)	(1.783.378)	(1.706.924)	(1.829.526)

Abertura das despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas comerciais				
Comissões	(12.711)	(14.600)	(12.711)	(14.600)
Viagens e estadias	(14.721)	(5.134)	(14.721)	(5.134)
Marketing	(6.256)	(3.827)	(6.256)	(3.827)
Outros (*)	(1.058)	(3.033)	(10.315)	(3.204)
	(34.746)	(26.594)	(44.003)	(26.765)

(*) Composto por prestação de serviço de representantes comerciais e perdas e avanços de estoques.

Abertura despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Comunicação	(642)	(732)	(3.535)	(732)
Informática	(3.078)	(3.395)	(3.156)	(3.395)
Viagens e estadia	(4)	(3.529)	(4)	(3.529)
Pessoal	(17.305)	(4.243)	(17.630)	(4.243)
Serviços de terceiros	(19.177)	(15.119)	(18.410)	(14.635)
Outros	(1.027)	(1.743)	(2.091)	(1.744)
Total	(41.233)	(28.761)	(44.826)	(28.278)

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	51.805	55.938	60.155	58.093
Descontos obtidos por antecipação e juros recebidos	17.762	7.740	17.762	7.740
Ajuste a valor presente - Contas a receber/Fomecedores	40.382	42.871	40.382	42.871
Instrumentos financeiros derivativos	63.909	43.223	63.909	43.223
Outros	466	5.414	466	5.414
	174.324	155.186	182.674	157.341
Despesas financeiras				
Juros apropriados sobre empréstimos	(36.914)	(51.243)	(37.351)	(50.452)
Ajuste a valor presente - Contas a receber/Fomecedores	(43.837)	(47.536)	(44.251)	(47.536)
Instrumentos financeiros derivativos	(58.322)	(53.369)	(58.322)	(53.369)
Juros sobre fornecedores	(162)	(113)	(162)	(113)
Juros sobre impostos	(927)	(177)	(927)	(177)
Juros CRA	(44.643)	(41.286)	-	-
Tarifa Bancária	(1.248)	(477)	(1.260)	(491)
Imposto sobre Operações Financeiras- IOF	(361)	(303)	(454)	(315)
Descontos concedidos	(1.791)	(977)	(1.830)	(981)
Outros	(4.311)	(2.803)	(7.765)	(2.923)
	(192.516)	(198.284)	(152.322)	(156.357)
	(18.192)	(43.098)	30.352	984

Resultado financeiro líquido

29 Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

	Nº Ação		Média	
	Movimentada	ponderada		
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro de 2021	8.834	420		
Desdobramento de ações ordinárias à razão de 1 para 8 em fevereiro de 2021	61.842	4.135		
Emissão de novas ações ordinárias oriunda da abertura de capital em abril de 2021	40.404	3.148		
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em maio de 2021	6.060	101.400		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2021	117.140	109.103		
Ações ordinárias existentes em dezembro de 2023	-	-	117.140	
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em abril de 2024	18.182	12.261		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2024	135.322	129.401		
Lucro			Lucro	
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 - Básico			301.501	2,57
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 - Básico			93.460	0,72
Média ponderada de ações ordinárias diluído (Em milhares de ações)				

Média ponderada de ações ordinárias (Em milhares de ações)

Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro de 2021	8.834	420
Desdobramento de ações ordinárias à razão de 1 para 8 em fevereiro de 2021	61.842	4.135
Emissão de novas ações ordinárias oriunda da abertura de capital em abril de 2021	40.404	3.148
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em maio de 2021	6.060	101.400
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2021	117.140	109.103
Ações ordinárias existentes em dezembro de 2023	-	-
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em abril de 2024	18.182	12.261
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2024	135.322	129.401
Lucro		
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 - Básico		
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 - Básico		
Média ponderada de ações ordinárias diluído (Em milhares de ações)		

	Lucro Líquido	Lucro por ação
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 - Básico	301.501	2,57
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 - Básico	93.460	0,72
Média ponderada de ações ordinárias diluído (Em milhares de ações)		

128 motociclistas morreram no último ano em Goiânia

Acidentes de trânsito mataram 205 pessoas em Goiânia em 2024. Secretaria de Saúde revela que maioria das vítimas são homens, 84,9%, e motociclistas, 62%

BETO SILVA

Dentro do conjunto de acidentes de trânsito com mortes que ocorreram em Goiânia no ano passado, 62% deles têm como vítimas os motociclistas. Os dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) consideram acidentes no perímetro urbano da capital.

Segundo o Painel Vida no Trânsito (PVT), divulgado na segunda-feira, 24, os acidentes de trânsito resultaram em 205 mortes em Goiânia em 2024,



Painel Vida no Trânsito traz dados sobre mortes no trânsito da capital e faz recortes por sexo e faixa etária das vítimas

Das vítimas, 174 eram homens (84,9%) e 31 mulheres (15,1%). A maioria dos óbitos foi de motociclistas (128)

e pedestres (47). Além disso, 48,8% morreram no local do acidente, sem chegar a uma unidade de saúde.

A faixa etária mais atingida foi de 20 a 39 anos, com 87 mortes. Entre os estados civis, a maioria era solteira

ou sem informação sobre união estável (107 óbitos). As vias mais letais foram a BR-153, a Avenida Perimetral Norte e a GO-070.

Segundo a médica Marta Alves, da SMS, o PVT está disponível para toda a população e busca conscientizar e embasar ações para aumentar a segurança no trânsito. "A SMS coleta, analisa e divulga os dados para alertar os goianienses", afirma.

Criado pelo Ministério da Saúde em 2010, o PVT foi expandido em 2012 para capitais com mais de 1 milhão de habitantes. Em Goiânia, é elaborado pela SMS com dados de órgãos de trânsito e segurança.

A ferramenta conta com informações da SET, Detran, SES, SSP, Polícias Rodoviárias e Dict. Para acessá-la, basta procurar na rede Painel Vida no Trânsito.

Setor aéreo registra 776 falhas ou irregularidades operacionais em 2024

Falhas na manutenção de aeronaves marcam 217 casos. Quantidade se refere a casos convertidos em processos oficiais

FOLHAPRESS

O setor aéreo teve 776 denúncias de irregularidades ou falhas operacionais em 2024. O volume, que se refere apenas a casos convertidos em processos oficiais, equivale a uma média de mais de dois casos por dia durante o ano passado.

Os dados fazem parte de um relatório que acaba de ser concluído pela ouvidoria da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), ao qual a reportagem teve acesso. O material ainda será divulgado pela agência e disponibilizado ao Congresso e ao TCU (Tribunal de Contas da União) até o dia 1º de abril.

A maior parte dos registros diz respeito a irregularidades ou falhas na manutenção de aeronaves, com 217 casos.

Falhas de pouso ou decolagem somaram 140 ocorrências no ano passado. Problemas com voos rasantes ou manobras arriscadas foram responsáveis por 90 registros. As demais situações mais comuns entre as denúncias incluem voo irregular de aeronave, transporte clandestino de passageiros e falhas em operações no aeródromo,



Acidente do voo 2283 da Voepass provocou a morte de 62 pessoas

entre outros.

As denúncias analisadas pela ouvidoria não se misturam com reclamações comuns de usuários, atreladas a temas como cancelamentos ou atrasos de voos.

São registros operacionais de problemas informados à Anac por pilotos, comissários, equipes de manutenção de aeroporto, pessoal de oficina de aeronaves e ex-funcionários —mas também por passageiros.

Os 776 processos abertos representam metade das 1.545 denúncias enviadas à ouvidoria da agência no ano passado. Contudo, só essa parcela foi convertida em processos efetivos para

investigações sobre causas, responsabilidades e medidas a serem adotadas, por causa da pertinência dos relatos.

Os demais casos careciam de mais informações para que a apuração tivesse andamento.

Segundo o relatório, as denúncias foram feitas por diferentes canais de acesso, como o Sistema Oficial de Ouvidorias do Governo Federal (Fala.Br), o email da ouvidoria da Anac e petições eletrônicas, incluindo denúncias anônimas.

Não há no relatório dados discriminados por companhias aéreas ou aeroportos.

O alto volume de denúncias recebidas pela ouvidoria

da Anac em 2024 ocorre ao mesmo tempo em que o país registrou número recorde de acidentes fatais.

Houve ampliação nas formas de receber as denúncias no ano passado, bem como no método de triagem e análise técnica. Por isso, não é possível comparar os números com os anos anteriores.

Foram 175 acidentes com aeronaves em 2024, sendo 44 deles com vítimas fatais, de acordo com os dados do Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), órgão ligado ao Ministério da Aeronáutica. O número total de mortos nestes acidentes chegou a 152 pessoas.

Em 2023, ocorreram 155 acidentes, 30 deles com vítimas fatais, e um total de 77 mortos. Em 2022, foram 138 ocorrências, com 36 mortes registradas.

VOEPASS

O resultado de 2024 foi impulsionado pelo acidente aéreo ocorrido em 9 de agosto do ano passado, em Vinhedo (SP). A queda do voo 2283 da Voepass, que fazia a rota entre Cascavel (PR) e Guarulhos (SP), provocou a morte de 62 pessoas. O desastre foi o mais letal do país desde 2007, quando um acidente com o voo 3504 da TAM nos arredores do aeroporto de Congonhas (SP) deixou 199 mortos.

No dia 11 de março, a Anac suspendeu as operações aéreas da Voepass até que ela comprove a correção de problemas "relacionados aos sistemas de gestão previstos em regulamentos".

Segundo a agência, houve uma "quebra de confiança em relação aos processos internos da empresa devido a evidências de que os sistemas da Voepass perderam a capacidade de dar respostas à identificação e correção de riscos da operação aérea".

A Voepass afirmou que sua frota em operação é aeronavegável e que trabalha para retomar a operação o mais breve possível.

Goiás amplia faixa etária da vacinação contra HPV

Medida temporária protege adolescentes de 15 a 19 anos e previne cânceres associados ao vírus. Vacinação ajuda a reduzir riscos de incidência de câncer de colo do útero, boca, pênis e ânus

REDAÇÃO

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), ampliou temporariamente a faixa etária da vacinação contra o HPV. Até 30 de junho, adolescentes de 15 a 19 anos poderão se imunizar gratuitamente nas unidades de saúde.

A iniciativa busca proteger quem não recebeu a dose na idade recomendada (9 a 14 anos) e reduzir os

riscos de câncer associados ao vírus, como os de colo do útero, pênis, boca e ânus.

A vacinação é essencial na prevenção do câncer do colo do útero, que causou 242 mortes em Goiás em 2024. Dados da SES mostram um aumento nos casos nos últimos anos, passando de 868 em 2022 para 935 em 2023. O HPV é responsável por 99% dessas ocorrências, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Com a ampliação, a SES orienta os municípios a diversificarem as estratégias de vacinação, incluindo aplicação em escolas, horários alternativos e busca ativa de adolescentes não vacinados. Desde 2023, a imunização contra o HPV é feita em dose única, tornando o processo mais acessível e eficaz.

O vírus, uma infecção



Vacina previne câncer do colo do útero: doença causou 242 mortes em Goiás

sexualmente transmissível (IST), pode ser assintomático, mas também causar lesões que evoluem para câncer. A transmissão ocorre por contato direto com mucosas

ou relações sexuais desprotegidas. Por isso, a vacinação é a melhor forma de prevenção.

Para se vacinar, basta comparecer a uma unidade

de saúde com a caderneta de vacinação e documento de identidade. A SES reforça a importância da imunização para reduzir os casos e mortes causados pelo HPV.

Governador sanciona isenção de IPVA para 370 mil motos em Goiás

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado sancionou a Lei nº 23.287/2025, que isenta do IPVA mais de 370 mil motos, ciclomotores, triciclos e motonetas em Goiás. A medida, proposta

pelo Executivo e aprovada pela Assembleia Legislativa (Alego), foi publicada no Diário Oficial de ontem.

A nova lei beneficia trabalhadores que utilizam motocicletas para deslocamento e geração

de renda. “Estudamos o perfil desses veículos para garantir o benefício a quem mais precisa”, afirmou Caiado. Segundo o Detran-GO, as motos contempladas representam 36% da frota de duas rodas no estado.

A isenção entrará em vigor em janeiro de 2026 e trará economia para, principalmente, entregadores e mototaxistas. O impacto orçamentário estimado é de R\$ 63 milhões em 2026, R\$ 67 milhões em 2027 e R\$ 71 milhões em 2028.

Além da isenção para motos, a lei revoga a cobrança de IPVA sobre aeronaves e embarcações, imposta pelo governo federal. Caiado justificou a decisão como uma forma de incentivar o crescimento econômico.

Projeto de mineração avança com R\$ 3 bilhões em investimentos no Nordeste

REDAÇÃO

O vice-governador Daniel Vilela reuniu-se na última segunda-feira, 24, com representantes da Aclara Resources para discutir a mineração de terras raras em Nova Roma, no Nordeste goiano.

A empresa informou que a construção da planta piloto em Aparecida de Goiânia está avançada e deve ser inaugurada em abril. O projeto prevê investimentos de R\$ 3 bilhões.

Vice-presidente da Aclara, José Augusto Palma explicou que a planta piloto servirá para testar e aperfeiçoar o processo produtivo antes da implementação em larga escala.

A expectativa é que a pedra fundamental do empreendimento em Nova Roma

seja lançada em março de 2026, ocupando 14 mil hectares e gerando cerca de 5,7 mil empregos diretos e indiretos.

O projeto Carina envolve a extração de 17 elementos químicos raros utilizados em energia eólica e veículos elétricos. O método empregado será sustentável, sem explosivos, trituração ou barragens de rejeitos, além de reutilizar 95% da água utilizada. “Trata-se do processo mais moderno e sustentável que se tem conhecimento”, destacou Vilela.

O prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela, garantiu suporte ao empreendimento, que permanecerá no município por pelo menos seis meses e abrirá vagas de emprego para a população local.



Daniel Vilela participa de reunião para apresentação de projeto de mineradora que irá investir no Nordeste goiano

ANDRÉ COSTA



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Rejeitada

A deputada federal Carla Zambelli (foto), perto de ser presa e perder o seu mandato na Câmara Federal, é hoje rejeitada pelo líder maior do bolsonarismo, o próprio Jair Bolsonaro. Zambelli, segundo Bolsonaro, é a culpada pela sua derrota em 2022.

Cinco

Pelo placar do STF, Zambelli já foi praticamente 'cassada' e agora é só calcular quanto tempo será o período de sua prisão. Os cálculos apontam para cinco anos.

Acidentes

A maioria dos acidentes nas rodovias goianas envolve camionetas ou carros (bólios) possantes. Todos com vítimas fatais.

Relaxou

Ontem, o Whatsapp e o Instagram apresentaram problemas durante todo o dia. Sinal de que os bilionários donos da redes, aliás, um só, Zuckerberg, não está dando conta de resolver os problemas.

Memes

Os problemas foram relatados pelo usuários, inclusive, com memes e repercussão nas redes. Revela claramente que os donos dessas big-techs só servem para arrancar dinheiro dos usuários brasileiros. São poucos eficientes quando existem problemas.

Uai?!?!?

Virou rotina. Mais uma notícia negativa. Uma mulher fez cirurgia em Goiânia e acabou morrendo depois. Que nível de cirurgia é a que estamos oferecendo??

Pode?!

Pelo Banco Central do Brasil, os juros ainda estão baixos. É preciso aumentá-los, para conter ainda mais a inflação.

Queiroz autografa hoje a 11ª edição do 'O Velho Cacique'



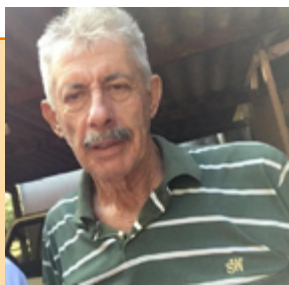
Um dos principais nomes da literatura goiana, o escritor e advogado Luiz Alberto de Queiroz autografa hoje a 11ª edição do livro 'O Velho Cacique - O Criador de Goiânia', sobre a vida daquele que é considerado o maior líder político de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira. A noite de autógrafos será às 19h, no Restaurante Árabe, na Rua 83, em Goiânia, com as presenças de várias lideranças políticas, escritores e apaixonados pela história de Goiás. Em 'O Velho Cacique', Luiz Alberto de Queiroz busca mostrar os dois lados sobre a vida e obra de Pedro Ludovico Teixeira, considerado figura controversa. O livro é o único trabalho com uma profundidade de informações e impressões daquele que foi o responsável pela transferência da Capital (da antiga Vila Boa para Goiânia) e um dos líderes da Revolução de 1930 em Goiás.

Lucas Vergílio envia ofício à Prefeitura

O vereador Lucas Vergílio, presidente da Comissão de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais da Câmara Municipal de Goiânia, enviou ontem ofício à Prefeitura de Goiânia solicitando esclarecimentos formais sobre declaração (de maus-tratos a um cavalo) feita pelo prefeito Sandro Mabel durante sua visita à Câmara. Na oportunidade, Lucas criticou a fala de Mabel, especialmente no que se refere à 'naturalização' dos maus-tratos aos animais. Lucas destaca que a fala dada por uma autoridade municipal, ainda que em momento de indignação, afronta o compromisso coletivo com a dignidade animal. O requerimento, diz ele, não tem apenas o objetivo de promover uma crítica, 'mas estimular um diálogo institucional e fortalecer as causas



- Amigos e familiares estão comovidos com o falecimento de Neri Caetano Barbosa, aos 73 anos. Ele dedicou mais de 38 anos de sua vida de serviço público com um trabalho significativo na área ambiental. Neri iniciou na Semago e finalizou sua jornada na Semad, contribuindo com uma gestão sólida e sempre atuando com paixão nos serviços prestados. Da coluna, os nossos pêsames!!
- País onde meio quilo de café, na promoção, é vendido a R\$ 45', pelo jeito, não vai para frente. Só pra trás.
- Na guerra dos carros elétricos, a BYD ultrapassou a Tesla e Elon Musk e é a segunda que mais vende veículos elétricos no mundo, mas a com maior rendimentos.
- Na internet, os vírus, também, estão fazendo a festa...
- 'Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar' - Josué 1:9



STF forma maioria para condenar e cassar Carla Zambelli

Julgamento acontece de forma virtual em uma plataforma onde os ministros depositam seus votos, em uma sessão que vai até a sexta-feira



Ministro Dias Toffoli antecipou o 6º voto pela condenação da deputada

FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria de votos na madrugada desta terça-feira (25) para condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) na ação penal que a acusa de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal.

O ministro Dias Toffoli antecipou o voto e concordou com o relator, Gilmar Mendes, mesmo após o pedido de vista do dia anterior feito por Kassio Nunes Marques. O mesmo já havia sido feito por Cristiano Zanin, que também antecipou o voto.

O julgamento acontece de forma virtual em uma plataforma onde os ministros depositam seus votos, em uma sessão que vai até a sexta-feira (28).

O pedido de vista de Kassio significa que o julgamento será suspenso para melhor análise dos autos, e retomado quando o ministro apresentar o seu voto. Ainda pode haver mais pedidos de vista, ou de destaque (que leva o processo ao

plenário físico).

Kassio pediu vista quando quatro votos já haviam sido dados para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, e à perda do mandato por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma.

Agora, são favoráveis à condenação os ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Dias Toffoli, em um placar de 6 a 0 contra a deputada.

A acusação do Ministério Público Federal foi feita após o episódio em que a deputada sacou e apontou uma arma para um homem no meio da rua em São Paulo, em 29 de outubro de 2022, véspera do segundo turno das eleições.

Na ocasião, a deputada bolsonarista perseguiu um homem negro após uma discussão no bairro dos Jardins, em São Paulo. Um segurança da parlamentar chegou a fazer um disparo e foi preso pela Polícia Civil.

Comissão de Educação vistoria escolas públicas em Goiânia

REDAÇÃO

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia já visitou, neste ano, cinco unidades, como Cmeis e escolas de educação infantil. O objetivo é mapear 20% das 380 unidades educacionais, respeitando a proporção entre as cinco regionais da Educação.

A amostragem vai revelar experiências bem sucedidas e especialmente problemas. Com base na radiografia da

rede municipal, serão apresentadas propostas de solução e outras ações para elevar os índices de qualidade da educação.

Os integrantes da Comissão de Educação, presidida pelo vereador Professor Edward (PT), se reuniram nesta terça-feira (25) para apreciar 12 projetos de lei. Onze foram aprovados. Outro teve a votação adiada para os vereadores aprofundarem o entendimento do assunto.

'INÍCIO MINHA SUSTENTAÇÃO DIZENDO QUE BOLSONARO FOI O PRESIDENTE MAIS INVESTIGADO DA HISTÓRIA DO PAÍS, INVESTIGAÇÃO QUE PERDUROU POR ANOS, QUE COMEÇA COM O OBJETIVO DE CHEGAR A UMA LIVE DE 4 DE AGOSTO DE 2021, EM QUE SE AUTORIZA A QUEBRA DE UMA NUVEM, DO SEU AJUDANTE DE ORDENS, CORONEL CID, QUE HOJE É DELATOR, QUE PERDURA POR MESES ESSA INVESTIGAÇÃO DA QUEBRA COM VÁRIOS OBJETOS DIFERENTES', CELSO VILARDI, ADVOGADO DE BOLSONARO



o deputado federal Rubens Otoni (PT) garantiu que não há intenção de desfazer o contrato com a Infraero

IMPASSE

Construção da nova pista de cargas em Anápolis exigirá R\$ 250 milhões

Estimativa reforça entrave entre governo estadual e Infraero, que alega pendências ambientais para não investir na ampliação da pista de cargas do aeroporto federalizado em 2024

EMILLY VIANA

A construção da nova pista de cargas no Aeroporto de Anápolis deve demandar R\$ 250 milhões, conforme estimativa da própria Infraero, repassada à Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). O valor inclui tanto a recuperação do passivo ambiental causado pela intervenção no Córrego Extrema, que atravessa a área da pista, quanto a obra de ampliação para comportar aeronaves de grande porte.

De acordo com a Goinfra, desde a federalização do terminal, em julho de 2024, a expectativa era de que a estatal assumisse toda a operação, incluindo o terminal de passageiros e o novo polo de cargas. No entanto, a Infraero afirmou que não investirá na pista enquanto as pendências ambientais não forem resolvidas. O trecho foi aterrado em gestões anteriores, sem a devida drenagem, o que causou um processo de erosão e travou a homologação da estrutura.

Apesar da sinalização de rompimento por parte do governo estadual, o deputado federal Rubens Oto-

ni (PT) garantiu que não há intenção de desfazer o contrato com a Infraero. Segundo ele, o vice-governador Daniel Vilela garantiu que a gestão está disposta a discutir a operação com a estatal, mas sem retirar a concessão federal. "Não dá para cobrar da Infraero em poucos meses o que o Estado não conseguiu fazer em 20 anos", afirmou ao DM Anápolis.

Já interlocutores do Palácio das Esmeraldas relatam que o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) tenta abrir diálogo com o governo federal para discutir o futuro do terminal e cobrar o cumprimento do acordo firmado no ano passado, que previa a gestão integral do aeroporto pela Infraero, incluindo os investimentos na pista de cargas.

Enquanto isso, a cobrança de tarifas aos permissionários do aeroporto permanece como outro ponto de questionamento por parte do Estado. A reclamação é que a Infraero estabeleceu valores similares aos praticados em grandes terminais do país, com cobrança de até R\$ 60 mil mensais por hangar, mesmo sem novos investimentos. Ainda as-

sim, a estatal diz que segue avaliando "de forma técnica e criteriosa" a viabilidade da operação de cargas, desde que as exigências ambientais sejam cumpridas.

A situação do Aeroporto de Anápolis entrou em debate após o ex-vereador Leandro Ribeiro revelar em fevereiro que a Infraero comunicou oficialmente, por meio de um ofício enviado à Goinfra, que não realizaria investimentos na estrutura enquanto as pendências ambientais não fossem resolvidas. O principal entrave apontado pelo governo estadual é a pista de cargas, construída sobre o Córrego Extrema, o que gerou um passivo ambiental sem solução viável.

Diante desse cenário, o subsecretário de Prospecção e Investimento da SIC defendeu que o Estado retomasse a gestão do aeroporto e rompesse o contrato com a Infraero. Ele argumentou que a estatal não cumpriu as expectativas em relação à operação do terminal e destacou que a cobrança de taxas elevadas aos permissionários foi feita sem que qualquer investimento fosse realizado.

Mudança no Código Civil pode garantir indenização por trabalho doméstico

Projeto prevê compensação para quem se dedicou à casa e à família em uniões com separação total de bens

LARA DUARTE

O Congresso Nacional está analisando uma proposta de reforma do Código Civil que pode trazer uma nova garantia para quem se dedicou exclusivamente ao trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos em relações sob o regime de separação total de bens. A ideia é assegurar uma compensação financeira no momento do divórcio ou falecimento do cônjuge, evitando que a parte que ficou responsável pelo lar saia da relação sem qualquer direito patrimonial.

O projeto de lei 4/2025, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), busca dar visibilidade ao chamado "trabalho invisível", exercido, na maioria das vezes, por mulheres que abandonam carreiras para cuidar do lar. A atual legislação, em vigor desde 2002, não prevê essa indenização, embora alguns tribunais já tenham concedido compensações em situações específicas.

A proposta também redefine regras sobre herança em uniões com separação total de bens. Atualmente, cônjuges podem disputar a herança de bens adquiridos antes do casamento com os filhos do falecido. A reforma pretende afastar esse direito, restabelecendo a regra que vigorava antes do Código de 2002.

Para a anapolina Joyce Alice, mãe de duas crianças, a mudança é bem-vinda, mas precisa ser melhor explicada. "Olha, eu acho que essa mudança no Código Civil é uma

coisa boa. Quem passa a vida cuidando da casa e dos filhos merece ser reconhecida, porque esse trabalho é duro e ninguém vê. Mas também acho que precisam explicar melhor como vai funcionar essa compensação, porque cada caso é diferente. E sobre a herança, acho justo voltar à regra antiga, para os filhos não saírem prejudicados. No geral, parece uma boa ideia, mas tem que ser bem pensada", salienta.

Especialistas apontam que a intenção da lei é positiva, mas falta definição de critérios para a compensação, que dependerá da análise individual de cada caso pelo juiz. "O projeto tenta corrigir desigualdades, mas a falta de parâmetros claros pode gerar interpretações diversas nos tribunais", explica Renata Manguiera de Souza Gasparini, advogada especialista em direito de família.

A partir das mudanças no regime de separação de bens, alguns pontos importantes serão alterados. Os bens adquiridos por ambos os cônjuges com contribuição econômica direta serão divididos proporcionalmente, independentemente de estarem registrados em nome de apenas um deles. Além disso, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos serão reconhecidos e compensados, com o juiz fixando o valor em caso de falta de acordo. Por fim, o cônjuge não terá direito à herança de bens adquiridos antes da relação, garantindo prioridade aos filhos na sucessão.



Especialistas apontam que a intenção da lei é positiva, mas falta definição de critérios para a compensação, que dependerá da análise individual de cada caso

CULTURA

Companhia Anapolina de Teatro estreia "Página Um" na Quarta Cultural

Espectáculo inspirado em escritores anapolinos marca a retomada das atividades da CAT sob nova direção

LARA DUARTE

A Companhia Anapolina de Teatro (CAT) estreia, nesta quarta-feira (26), o espetáculo "Página Um" no Teatro Municipal de Anápolis, abrindo oficialmente a programação do 10º Encontro de Vozes do Ensino e Extensão em Teatro de Anápolis (EVOETA). O evento faz parte da Quarta Cultural, iniciativa promovida pela Diretoria de Cultura da cidade. A peça tem entrada gratuita e será apresentada às 19h.

Com direção de Ale Carneiro, novo coordenador da CAT, "Página Um" é inspirado em textos de escritores e escritoras anapolinos, trazendo uma reflexão sobre palavras e memórias através do teatro. "Alguns seres brincam por entre as folhas e as palavras, sempre na busca de um lugar, num movimento constante e com a missão de não deixá-las irem embora", destaca a sinopse do espetáculo. O elenco conta



O plano é levar "Página Um" para diferentes espaços culturais e bairros da cidade, tornando o teatro mais acessível

com os atores Allee Pink, Danilo Leão, Gabriel Vilela e Sérgio Inocêncio.

Ale Carneiro explica que a CAT faz parte dos grupos de excelência artística da

Prefeitura de Anápolis, ao lado da Orquestra Sinfônica, do Coro Municipal, da Banda de Prata e do Corpo de Baile. "A companhia retoma os trabalhos este ano com essa estreia, dentro de um evento tão importante como o EVOETA, que celebra o teatro e o circo", resalta o diretor.

O espetáculo promete um visual marcante, combinando cenografia, figurino e efeitos de iluminação para proporcionar uma experiência imersiva ao público. "Os anapolinos podem esperar uma peça leve, em alguns momentos divertida e, em outros, reflexiva. A ideia é usar as palavras dos escritores da cidade para despertar emoções e reflexões", afirma Carneiro.

PLANOS PARA O ANO

Além da estreia de "Página Um", a CAT tem uma programação movimentada para 2025. Nesta sexta-feira (28), uma das atrizes

da companhia, Allee Pink, participará do evento "Mulheres que Encantam", organizado pela primeira-dama do município. A companhia também firmou uma parceria com o Procon para apresentações teatrais educativas sobre direitos do consumidor em escolas públicas.

O plano é levar "Página Um" para diferentes espaços culturais e bairros da cidade, tornando o teatro mais acessível. "Queremos apresentar essa peça pelo menos uma vez por mês em locais diversos, inclusive na UEG e em regiões periféricas", explica o diretor.

Em outubro, a companhia deve estrear um espetáculo infantil dentro da programação da Quarta Cultural. "Nosso objetivo é sempre trazer teatro de qualidade para Anápolis, levando cultura, entretenimento e reflexão para os mais variados públicos", conclui Ale Carneiro.

Prefeitura oferece aulas gratuitas de línguas estrangeiras à população

Aulas fazem parte de iniciativas da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Assistência Social, voltadas para aprimoramento profissional e aprendizado de idiomas

LARA DUARTE

Professores da rede municipal de ensino e moradores de Anápolis têm a oportunidade de participar de cursos gratuitos de idiomas oferecidos pela Prefeitura. Estão abertas as inscrições para aulas de Inglês voltadas aos docentes e de Espanhol para a população em geral, ambas com início nas próximas semanas.

O curso de Inglês é direcionado exclusivamente para professores da Rede Municipal de Ensino e tem início marcado para o próximo sábado (29). As aulas acontecerão na Unidade Universitária de Anápolis CSEH - Nelson de Abreu Júnior, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), no bairro Jundiá, sempre

aos sábados, das 8h às 10h.

O objetivo é aprimorar as habilidades dos profissionais da Educação no idioma. A iniciativa é da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Centro de Formação dos Profissionais em Educação (CEFOPE). As inscrições podem ser feitas por meio de um formulário online: <https://forms.gle/XH4RnKpLj-3ZHjWc96>.

Já o curso de Espanhol, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Diretoria de Cultura, é aberto ao público a partir de 16 anos. As aulas terão início no dia 7 de abril e acontecerão na Biblioteca Municipal Zeca Batista, localizada na Praça Americano do Brasil, no Setor Central,



O curso de Espanhol, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Diretoria de Cultura, é aberto ao público a partir de 16 anos. As aulas terão início no dia 7 de abril

às segundas e quartas-feiras, sempre às 14h.

INSCRIÇÕES

Para se inscrever, os interessados devem comparecer pessoalmente à biblioteca, levando do-

cumentos pessoais. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (62) 3902-1013.

PÁSCOA SALGADA

Preço do chocolate assusta consumidores e afeta produção

Com alta de até 27% nos ovos de Páscoa e dificuldades para pequenos confeitadores, anapolinos repensam a tradição e optam por alternativas mais baratas

LARA DUARTE

A Páscoa de 2025 promete ser uma das mais caras dos últimos anos para os consumidores anapolinos. O aumento expressivo no preço do cacau, que acumula alta de 189% nos últimos 12 meses, impactou diretamente o valor dos chocolates e, consequentemente, dos tradicionais ovos de Páscoa. De acordo com levantamento do Procon Anápolis, alguns produtos chegaram a ficar 27% mais caros em relação ao ano passado.

A pesquisa do órgão de defesa do consumidor apontou que o preço médio do ovo de Páscoa Sonho de Valsa 277g caiu 9%, ficando em R\$ 51,63. No entanto, outros produtos apresentaram aumentos consideráveis, como o ovo de Prestígio 225g, que saltou de R\$ 42,57 para R\$ 52,53, uma variação de 23%. Já o ovo de Laka e Diamante Negro 494g ficou 6% mais caro, passando para R\$ 107,09.

Para a população, o impacto nos preços tornou



Para a população, o impacto nos preços tornou inviável a compra dos ovos de Páscoa tradicionais

inviável a compra dos ovos de Páscoa tradicionais. A anapolina Maressa Gonçalves desabafa: “Já está difícil comprar café e ovos, imagine ovo de Páscoa. Um bom custa R\$ 70, R\$ 100. Para quem ganha um salário mínimo e tem itens de primeira necessidade para comprar, não compensa”.

A alternativa mais viável para muitos consumidores tem sido a substituição dos ovos por barras de chocolate. Ana Cecília, outra moradora da cidade, defende essa troca: “É melhor comprar a

barra. Sai mais em conta e tem mais chocolate”.

Além do impacto para os consumidores, os altos preços do cacau e dos ingredientes também afetam os confeitadores locais. Ana Paula Batista, confeitadora há 12 anos e proprietária do Paula Ateliê de Bolos, revela que este pode ser o primeiro ano em que não produzirá ovos de Páscoa. “Sempre vendi cerca de 350 ovos, mas esse ano não sei se compensa. O cacau está caríssimo e eu só uso chocolate nobre. O retorno financeiro não justifica

as noites sem dormir e o alto investimento”, explica.

Para os pequenos produtores, a principal dificuldade está no repasse do aumento de custos ao consumidor. Diferentemente das grandes indústrias, que conseguem reajustar os preços com mais facilidade, os confeitadores enfrentam resistência dos clientes. “Se um bolo custa R\$ 60 hoje e R\$ 90 no mês seguinte, ninguém aceita. Tenho que manter os preços dentro do possível, mesmo com o aumento dos ingredientes”, acrescenta Ana Paula.

A confeitadora destaca que a Páscoa sempre foi um período lucrativo, funcionando como uma espécie de “13º salário” para quem trabalha com doces. No entanto, com os preços atuais, a margem de lucro está comprometida. “Antes, a Páscoa ajudava a sair do aperto, a planejar uma viagem. Hoje, parece que o esforço será o mesmo que um final de semana comum de vendas de bolos”, compara.

Uma das alternativas para os confeitadores seria a produção de ovos menores, mas

nem todos veem essa opção como viável. Além disso, há a concorrência das grandes marcas, que conseguem produzir em larga escala e oferecer preços mais acessíveis. “Os meus clientes não aceitam chocolate fracionado, sempre trabalharam com marcas como Garoto e Nestlé. Se não puder manter esse padrão, prefiro não produzir”, afirma Ana Paula.

A alta no preço do cacau tem sido um dos principais responsáveis pelo aumento dos chocolates. Fatores como mudanças climáticas em países produtores, como Costa do Marfim e Gana, além de desafios logísticos e cambiais, contribuíram para a escassez da matéria-prima e, consequentemente, para a escalada dos custos.

Com os ovos de Páscoa cada vez mais caros, a principal recomendação do Procon Anápolis para os consumidores é a pesquisa de preços. “Os valores variam bastante de um estabelecimento para outro, e a melhor estratégia é avaliar antes de comprar”, orienta o órgão.

Milhões de brasileiros desconhecem existir dívidas em seu nome, diz Serasa

57 milhões de consumidores não sabem que estão endividados; plataforma oferece condições especiais para quitação

JANAYNA CARVALHO

Um estudo especial realizado pela Serasa revelou que 57 milhões de brasileiros desconhecem que possuem dívidas atreladas ao seu CPF ou CNPJ. Desses, ao menos 19 milhões foram negativados pelos credores, tornando-se parte do Cadastro de Inadimplentes sem saber. Esse grupo inclui tanto consumidores quanto pequenos empreendedores que não monitoram regularmente sua situação financeira, o que pode gerar surpresas desagradáveis ao tentarem contratar crédito ou acessar serviços básicos.

De acordo com a Serasa, muitos desconhecem que há um total de 267 milhões de ofertas disponíveis para

negociação, com vantagens como descontos significativos, pagamento via Pix para baixa imediata da negativação e atualização instantânea do Serasa Score. As dívidas estão distribuídas em setores diversos, incluindo bancos, operadoras de cartão de crédito, securitizadoras, universidades, redes varejistas, supermercados e prestadoras de serviços essenciais, como energia, água, telefonia e internet.

Aline Maciel, especialista da Serasa em educação financeira, destaca que a falta de monitoramento do CPF/CNPJ, dados cadastrais desatualizados e a desinformação financeira são fatores que contribuem para essa realidade. “Muitos consumidores e

empreendedores só descobrem pendências financeiras ao tentar contratar um financiamento, fazer crediário ou acessar um serviço básico”, explica Aline, gerente da plataforma Limpa Nome. “O controle da situação do nome acaba ficando em segundo plano, levando a descobertas tardias, quando a dívida já foi negativada.”

Carlos Alberto, consumidor anapolino que aderiu ao programa de negociação, conta que só descobriu sua dívida ao tentar financiar um eletrodoméstico. “Não fazia ideia de que meu nome estava negativado. Quando consultei o aplicativo da Serasa, vi que tinha uma pendência antiga com um cartão de crédito. Con-

seguí um desconto de 80% e resolvi tudo na hora, sem burocracia”, relata.

Para facilitar a regularização financeira, a Serasa disponibiliza a consulta gratuita de débitos no site www.serasalimpanome.com.br.

com.br, no aplicativo para Android e iOS, pelo WhatsApp (11) 99575-2096 e presencialmente em 10 mil agências dos Correios em todo o Brasil, com isenção de taxas para negociações realizadas até 31 de março.

J.J.A. CONCRETOS LTDA - FILIAL - CNPJ 26.772.731/0007-20, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO À SEMMAS DA PREFEITURA DE RIALMA - GO, A LICENÇA AMBIENTAL CORRETIVA DE OPERAÇÃO, PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA CNAE 43.30-4-99 E SECUNDÁRIAS CNAE 23.30-3-05, CNAE 43.13-4-00, CNAE 49.30-2-01, CNAE 49.30-2-02, CNAE 68.10-2-02 E CNAE 77.32-2-01, NO ENDEREÇO RODOVIA GO 480 ROTA 515 SN PORTAL DO SOL CEP 76310-000 RIALMA GO. NÃO FOI DETERMINADO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.

PLANETA ENGENHARIA torna público que a empresa TAUÁ HOTEL E CONVENTION ALEXANIA LTDA, CNPJ: 25.135.981/0001-05, Requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alexânia, a Renovação da Licença Ambiental de Funcionamento para a Atividade de Hotelaria, na Rodovia BR-060, KM 23, Fazenda Pedra Redonda, Setor Serra do Ouro, Alexânia - GO.

TESTEMUNHA DA HISTÓRIA

Torcedor revive o título do Anápolis em 1965 e traça paralelos com o presente

Carlos Roberto Neto dá detalhes do título estadual de 1965 e compara a paixão da época com a garra do Anápolis em 2025

JANAYNA CARVALHO

O tempo passou, o futebol evoluiu e a cidade de Anápolis cresceu, mas algumas memórias permanecem intactas. Aos 67 anos, Carlos Roberto Neto, conhecido como Beto do Gás, ainda guarda na lembrança cada detalhe do título estadual conquistado pelo Anápolis em 1965. Na época, com apenas sete anos, ele acompanhou todos os jogos ao lado do pai e viu de perto o momento histórico que marcou a cidade.

"Eu acompanhava porque tinha sete anos de idade na época. Meu pai me levava a todos os jogos, fora os treinamentos que a gente também ia assistir. Acompanhei todos os jogos de 65 na disputa aqui dentro do campo em Anápolis. Eu lembro até o lugar onde estava sentado. Só tinha cobertura em um pedaço da arquibancada, da quinta bancada para cima. Eu dava três passos para o meio, era ali que eu ficava com meu pai. Nunca esqueci. Muita coisa fica na cabeça da gente. Era muito pequeno, mas lembro de

quase tudo daquela época", relembra.

O cenário do futebol anapolino era diferente. O estádio, ainda que pequeno, estava sempre cheio, e a rivalidade local movimentava a torcida. "A gente não pode comparar 65 com agora. Anápolis cresceu muito, mas naquela época já tínhamos muito torcedor. Os times grandes eram Anápolis e Ipiranga. A Rubra tinha poucos torcedores na época. Mas o estádio praticamente ficou cheio naquele campeonato. Meu pai me passava o que era mais certo, então ficou algo muito importante gravado na minha vida", conta.

Entre as lembranças mais vivas, estão os nomes que entraram para a história do clube. "Teve o Deca, que fez o gol da vitória, tinha o Parrila, e o Eudécio. Eram muitos jogadores que ficaram marcados com essa vitória de 65. Presenciamos todos os jogos. Meu pai me levava em todas as partidas fora de casa também. Então, não para mim, ficou marcado. Assim como, se Deus quiser, esse campeonato de 2025 também vai ficar."



Ao olhar para o Anápolis atual, Beto evita comparações e reconhece a entrega da equipe na busca pelo título

Ao olhar para o Anápolis atual, Beto evita comparações e reconhece a entrega da equipe na busca pelo título. "Hoje não posso falar que tem diferença. O jogador do Anápolis está jogando com uma garra tão grande que a gente não pode dizer que o time de 65 fez mais coisa. A experiência dos jogadores é

muito diferente. Temos que valorizar 65 pelo jeito de jogar, mas o futebol mudou. Até a torcida de hoje faz parte dessa nova história."

O torcedor revive os momentos da decisão e destaca o papel fundamental da arquibancada. "Na final, perdíamos de 2 a 0 e conseguimos empatar no fim. A

torcida fez parte disso. Foi um título inesquecível." Se o destino reservar ao Anápolis uma nova conquista neste ano, diante do Vila Nova, dentro do Serra Dourada, certamente, Beto do Gás estará lá, acompanhando e guardando na memória mais um capítulo da história do futebol goiano.

ABA busca patrocínio para disputar LDB em 2025

Equipe anapolina recebeu convite da liga, mas tem dificuldades de encontrar apoiadores para arcar com custos

RAFAEL TOMAZETI

A Associação de Basquete de Anápolis (ABA) recebeu convite para jogar a temporada de 2025 da Liga de Desenvolvimento de Basquete (LDB). A equipe, no entanto, não sabe se conseguirá atuar na mais importante competição de base do país por falta de recursos.

Somente a inscrição custa R\$ 32 mil e deve ser paga até a próxima segunda-feira (31) pelos clubes participantes. Caso contrário, não haverá efetivação da equipe, que ficará fora da disputa.

Nos cálculos da direção da ABA, o clube precisaria ainda de um aporte de R\$ 25 mil por mês, para um período de seis meses de competição, ou seja, R\$ 150 mil, além dos R\$ 32 mil de inscrição cobrado pela LDB.

Com este valor, de acordo

com o técnico e presidente da ABA, Moisés da Silva, seria possível disputar a competição com toda a estrutura necessária. "Temos que trazer jogadores e cobrir despesas com alimentação, hotel, transporte interno. A liga te dá 16 passagens (por jogo) depois do pagamento da inscrição. Faremos no mínimo 14 jogos, contra os melhores times do país, e não temos verba nenhuma", diz.

Moisés, que fundou a associação, trabalha com categorias de base e escolinha. Hoje, além da iniciação, o projeto atende atletas das categorias sub-13, sub-15, sub-17 e sub-19. "O projeto está firme, trabalhando escolinha, sub-13, sub-15, sub-17 e sub-19. O objetivo agora é ampliar e fortalecer o trabalho", ressaltou.

A direção tem buscado

apoio no setor privado, mas não encontra disposição dos empresários em investir no projeto e auxiliar na participação da equipe na LDB. Por isso, a ABA tem buscado meios de tentar obter apoio da Prefeitura. Por ora, porém, ainda não houve contato com o prefeito Márcio Corrêa (PL) ou auxiliares dele.

Em 2024, a ABA recebeu convite para disputar o Campeonato Brasileiro de Basquete, mas foi obrigada a desistir também por falta de apoio. À época, seria necessário o valor de R\$ 15 mil para a inscrição, além de outros R\$ 500 mil para garantir a estrutura de participação.

LDB

A LDB é a maior competição de base do basquete brasileiro e tem como objetivo fomentar a modalidade



Moisés, que fundou a associação, trabalha com categorias de base e escolinha

e descobrir novos talentos no país. Ao longo de sua história, já revelou diversos jogadores que se destacaram no cenário nacional e internacional da modalidade, como Bruno Caboclo, Lucas Dias, Cristiano Felício, Yago Mateus, Georjinho de Paula, entre outros.

Em 2024, houve um recorde de participantes, com 26 equipes, incluindo a goiana AEGB, de Goiânia. A maior parte dos clubes é de mercados mais consolidados para o basquete, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.